

**O COMÉRCIO AMBULANTE NA LINHA 8 DIAMANTE EM SÃO PAULO: REFLEXOS DA CRISE ECONÔMICA DE 2013 NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO<sup>1</sup>**

**THE TRADING COMMERCE ON LINE 8 DIAMANTE IN SÃO PAULO: REFLECTIONS OF THE 2013 ECONOMIC CRISIS ON THE JOB INSECURITY**

**EL COMERCIO AMBULANTE EN LA LÍNEA 8 DIAMANTE DE SÃO PAULO: REFLEJOS DE LA CRISIS ECONÓMICA DE 2013 SOBRE LA PRECARIEDAD LABORAL**

Evellyn Nogueira de Almeida<sup>2</sup>

*evellynnogueira4@gmail.com*

**RESUMO:** O comércio ambulante está presente nos trens da linha 8 Diamante há décadas, e parece ter ganhado força a partir de 2013. Nesse artigo, pretende-se relacionar o fenômeno com o aumento do desemprego desencadeado pela crise econômica brasileira estudada por Singer (2018), Carvalho (2018) e Pitta (2020). Para compreender a venda ambulante nos trens sob a ótica da precarização e da crise do trabalho, será realizada uma apreensão dos textos de Braga (2012) e de Scholz (2008) num processo de cotejamento dos conceitos de “precariado” e “supérfluo”, contraposto com o cotidiano observado nos trabalhos de campo e nas entrevistas realizadas nas dependências dos trens da ViaMobilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise do trabalho, comércio ambulante, crise econômica.

**ABSTRACT:** The itinerant trade has been present on the line 8 Diamante trains for decades, and seems to have gained strength from 2013. In this article, we intend to relate the phenomenon to the increase in unemployment caused by the Brazilian economic crisis studied by Singer (2018), Carvalho (2018) and Pitta (2020). In order to understand itinerant trade on trains from the perspective of precariousness and the labor crisis, the texts by Braga (2012) and Scholz (2008) will be examined in a process of comparing the concepts of "precarariat" and "superfluous", contrasted

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no período de 01/02/21 a 31/12/21.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP (Universidade de São Paulo). Bacharela e Licenciada em Geografia pela USP (Universidade de São Paulo). Pesquisadora do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) da USP.

with the daily life observed in the field work and in the interviews conducted on the ViaMobilidade trains.

**KEYWORDS:** Labor crisis, itinerant trade, economic crisis.

**RESUMEN:** El comercio ambulante ha estado presente en los trenes de la línea 8 Diamante durante décadas, y parece haber ganado fuerza a partir de 2013. En este artículo, pretendemos relacionar el fenómeno con el aumento del desempleo provocado por la crisis económica brasileña estudiada por Singer (2018), Carvalho (2018) y Pitta (2020). Para entender la venta ambulante en los trenes desde la perspectiva de la precariedad y la crisis laboral, se analizarán los textos de Braga (2012) y Scholz (2008) en un proceso de comparación de los conceptos de "precariado" y "superfluo", contrastado con la vida cotidiana observada en el trabajo de campo y en las entrevistas realizadas en las instalaciones de los trenes ViaMobilidade.

**PALABRAS CLAVE:** Crisis laboral, comercio ambulante, crisis económica.

## INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em agosto de 2021 a taxa de desemprego nacional estava em 13,2%, atingindo cerca de 13,7 milhões de pessoas (ALVARENGA *et al.*, 2021), pouco abaixo do recorde alcançado no mesmo ano, de 14,7%. Um levantamento da agência Austin Rating aponta que o desemprego no Brasil é o dobro da média mundial em um *ranking* de mais de quarenta países (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021), e mesmo com a queda nos índices de desempregabilidade, a renda do brasileiro está 10% menor (HERÉDIA, 2021). Ainda que de maneira tardia, os efeitos da crise de 2008 marcaram a realidade brasileira, fortalecendo o discurso de que o poder do Estado na economia era grande demais, e que era necessário diminuir os gastos públicos. A crise, porém, apenas escancarou um processo que já existia, e vinha sendo ocultado pelas bolhas especulativas do mercado financeiro.

Nos anos 2000, a bolha das *commodities* trouxe mudança de ares com o aumento das exportações, e somada às políticas do governo petista (2003-2016) de estimular o acesso ao crédito e de distribuir renda através de medidas como o Bolsa Família (2003), o consumo e os investimentos privados passaram a aumentar. Em decorrência, é possível observar o crescimento dos investimentos públicos, assim como o acúmulo do *superávit* primário e o aumento do PIB nacional no Governo Lula entre 2003 e 2010, o que junto da queda da inflação e da dívida externa - graças à valorização do câmbio -, trouxe a impressão de que a economia ia bem. A bolha de 2008, no entanto, apresentou efeitos distintos quando estourou e trouxe a queda no preço das *commodities*, escancarando a ficcionalização de uma economia aparentemente sadia. Ainda que no período de 2009 à 2012 o governo tenha

tentado mascarar a crise como uma “marolinha”<sup>3</sup>, o alto endividamento das empresas, a contração do crédito e a desvalorização do real mostravam o contrário.

Para além das tentativas de lidar com a crise, o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) apresentou outros objetivos. Os investimentos públicos deixaram de ser uma prioridade, e o foco tornou-se alavancar o processo produtivo do país, desvalorizando o real e derrubando a taxa de juros Selic<sup>4</sup>, para tornar a mercadoria nacional mais atraente internacionalmente. Porém, tais medidas levaram ao aumento da inflação, e os meios adotados pelo governo para contê-lo deram-se através dos ajustes fiscais. Singer (2018) aponta que a crise econômica brasileira teria sido fortemente influenciada pelos ensaios desenvolvimentistas e republicanos implantados pelo governo petista, uma vez que teriam provocado a elite brasileira, que já estava irritada com a redução do exército reserva de mão de obra que garantia a superacumulação. No entanto, o fenômeno é lido de maneira diferente por Carvalho (2018). Em linhas gerais, a autora aponta que após o estouro da bolha a economia nacional apresentou uma melhora, mas que os ajustes fiscais do governo de Dilma teriam desacelerado o crescimento, que foi fortemente atingido pela desvalorização do real e o aumento das dívidas. Assim, Carvalho (2018) sugere que a situação poderia ter sido evitada se o governo petista tivesse focado nos investimentos públicos ao invés de medidas de austeridade.

Porém, há outras perspectivas sobre como a crise econômica brasileira se consolidou. Em seu texto, Pitta (2020) aponta que o crescimento da bolha de *commodities* baseado em capital fictício é o início do problema. O autor constrói tal formulação através da perspectiva da crítica do valor-dissociação (KURZ, 1993 e SCHOLZ, 2009), apresentando que, a partir da década de 1970, a expulsão de força de trabalho do processo produtivo em níveis absolutos em consequência da revolução microeletrônica levou a uma crise estrutural nos fundamentos do capitalismo. O enorme contingente de capitais gerado pelas empresas não seria mais capaz de valorizar-se, uma vez que não existiria trabalho vivo o suficiente no processo produtivo para tanto, o que faz com que torne-se capital fictício. Estes capitais, por sua vez, são levados para os mercados financeiros para serem valorizados a partir da compra dos títulos de propriedade, tendendo a gerar bolhas

---

<sup>3</sup> “Em 2008, o presidente Lula mencionou que a crise do estouro da bolha era um tsunami nos Estados Unidos, mas que se chegasse no Brasil, seria uma “marolinha”.

<sup>4</sup> Taxa básica que influencia todas as taxas de juros do país, principal instrumento para o controle da inflação.

especulativas com a inflação dos preços, ainda que apresentem valor declinante em termos absolutos em sua composição. A crítica de Pitta (2020) parte do princípio de que a defesa do desenvolvimentismo não salvaria a economia brasileira, pois trata-se de uma crise estrutural do sistema produtor de mercadorias que afeta o mundo como um todo.

Seja a partir da perspectiva de que houve uma expulsão em massa de trabalhadores do processo produtivo, ou de que as medidas do governo de Dilma teriam enfraquecido a economia e aberto espaço para as políticas de Estado mínimo, o aumento do desemprego e do trabalho informal são inegáveis. Em agosto de 2021 o IBGE divulgou que o número de trabalhadores informais chegou a 35,6 milhões, quase cinco milhões a mais do que há um ano (CAMPOS, 2020). Há uma reestruturação produtiva das empresas, motivada pela dominação dos capitais internacionais em setores como o de serviços, que de acordo com Braga (2012), motivou a precarização do trabalho no país. A formação do “precariado” é movida pela necessidade de redução de custos, para garantir que as demandas da “financeirização” sejam acompanhadas. O autor reconhece a situação como um novo momento da acumulação capitalista, em que a precarização do trabalho é peça chave para garantir a superexploração da mão de obra.

No entanto, muitos trabalhadores não podem ser representados pela realidade mostrada por Braga (2012), como os vendedores ambulantes, que em 2017 eram cerca de 1,3 milhão no país, de acordo com o IBGE (SARAIVA *et al*, 2018). Porém, há uma parcela desse grupo que não é identificada devido ao status de ilegalidade: os vendedores nos trens. O Decreto nº 1832, de 4 de março de 1996, definiu o regulamento dos transportes ferroviários em São Paulo, e de acordo com o artigo 40, é proibida a negociação ou comercialização de produtos no interior dos trens, nas estações e instalações, com exceção daqueles devidamente autorizados pela administração ferroviária.

Os trabalhadores ambulantes dos trens vendem desde eletroeletrônicos como fones e carregadores, até mesmo comidas, bebidas, roupas, brinquedos e utensílios de cozinha. A hipótese desenvolvida por essa pesquisa é a de que o comércio ambulante nos trens teria aumentado com a crise econômica brasileira na última década, e para além do cotidiano observado nos trens, algumas reportagens veiculadas por fontes jornalísticas ajudam a apresentar o fenômeno. Entre janeiro e maio de 2019, cerca de 33.303 apreensões de mercadorias foram registradas, o que comparado com 2018, significa um aumento de 59% (ARCOVERDE, 2019). Ainda em 2019, a CPTM informou que as ações contra a prática

“ilegal” aumentaram em 57,6% (BARROS *et al*, 2019). As reportagens apontam mudanças na fiscalização, gerando consequências mais agressivas dentro e fora dos trens, como tortura, o uso de armas e funcionários “à paisana” para encontrar os vendedores e confiscar suas mercadorias.

A realidade desses vendedores está além do trabalho informal e da precarização do trabalho expostos por Braga (2012), uma vez que esses indivíduos trabalham nos trens, sobretudo, porque não conseguem encontrar emprego. Assim, resgatamos a discussão proposta por Scholz (2008) sobre a superfluidade dos trabalhadores que já não são úteis para o processo produtivo, e ainda assim precisam concorrer entre si por condições cada vez mais precárias de reprodução, uma vez que a sociabilização a partir do trabalho abstrato é determinante para sua vida cotidiana. Em outras palavras, desde a revolução microeletrônica e a expulsão em massa do trabalho vivo do processo produtivo, há cada vez menos emprego para a população a qual opera a partir da obrigatoriedade do trabalho para garantir seu sustento, o que escancara a crise fundamental do sistema patriarcal produtor de mercadorias (SCHOLZ, 2008).

Para entrar em contato com a realidade dos ambulantes, uma série de trabalhos de campo foram desenvolvidos nos trens da linha 8 Diamante da ViaMobilidade<sup>5</sup> na zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)<sup>6</sup>. O objetivo deste artigo é relacionar as informações coletadas em campo com a apreensão crítica dos autores mencionados acima, a fim de compreender os motivos para o crescimento do fenômeno vinculado à crise econômica da última década. A discussão será separada entre a análise da crise econômica brasileira em mais de uma perspectiva, para depois ser encaminhada para a discussão da precarização e crise do trabalho como uma consequência da crise econômica. Por fim, avançamos com uma investigação das informações retiradas dos trabalhos de campo para serem relacionadas com a bibliografia selecionada para a pesquisa.

## **A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA**

Singer (2018) inicia a discussão tematizando a peculiaridade do Brasil no sistema capitalista. É um país que funciona muito bem na perspectiva da acumulação graças à

---

<sup>5</sup> Quando a pesquisa foi iniciada, a linha 8 Diamante pertencia a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), mas em 2022 teve suas operações assumidas pela ViaMobilidade, em uma concessão de trinta anos.

<sup>6</sup> A linha 8 Diamante atende os municípios localizados entre Itapevi e São Paulo e faz importantes interligações com a linha Vermelha, Rubi e Esmeralda.

superpopulação excedente, que rebaixa o valor do trabalho e sustenta a superacumulação. Assim, o Brasil se encontra em uma espécie de “limbo”, em que os pobres não saem da condição de pobreza como uma classe, e sim em uma posição individual. Desafiar tal fato significaria entrar em conflito com a elite brasileira, um problema que, para Singer, os governos petistas não conseguiram resolver.

Com as medidas de distribuição de renda, as medidas petistas teriam acelerado um processo “perigoso”. Para Singer (2018), isso teria cavado uma disputa política no país como uma expressão da própria contradição da formação nacional. Em linhas gerais, ainda que o objetivo não fosse produzir um conflito entre as classes, esse teria sido o efeito da diminuição da pobreza. Para avançar nesse objetivo, o plano de governo de Dilma Rousseff era assumir medidas desenvolvimentistas para mudar a situação brasileira na divisão internacional do trabalho. Para que as medidas funcionassem, no entanto, seria necessário assumir políticas republicanas para proteger o Estado das influências privadas, o que exigia a diminuição da corrupção.

Singer (2018) procura analisar de maneira crítica o discurso de diminuição da pobreza e distribuição de renda. Demonstra que o número de miseráveis diminuiu, porém esses indivíduos não tornaram-se classe média, e sim passaram a compor a posição de pobreza. O que houve foi uma migração dos números para um patamar acima, com os trabalhadores tendo acesso a padrões de consumo mais elevados. Ao passo que os miseráveis ascenderam para a posição de pobres, os pobres ascenderam para a posição do que foi apontado como baixa classe média. A mudança foi motivada pelo aumento do valor do salário-mínimo, pelo Bolsa Família e o acesso ao crédito consignado, trazendo a sensação de uma economia forte e bem estruturada durante o período da bolha das *commodities*, que aumentou o valor do real. O autor aponta, porém, que 90% dos empregos gerados eram de baixa remuneração, o que confirma o que foi mencionado anteriormente sobre uma melhora na condição de vida apenas dos miseráveis e dos pobres.

Apesar de não falar muito sobre os efeitos do estouro da bolha entre 2008 e 2009, Singer (2018) aponta que em 2011 passamos a sentir novamente seus efeitos, uma vez que o crescimento do processo produtivo foi prejudicado em escala mundial. Neste período, Dilma assumiu novas medidas alinhadas com seu programa desenvolvimentista, sendo algumas delas: a redução da taxa de juros Selic, o lançamento do Plano Brasil Maior, a desvalorização do real e as desonerações das folhas de pagamento. É importante ressaltar

que o governo de Dilma Rousseff também é marcado pela disputa contra o mercado financeiro e os chamados “rentistas”.

Porém, os “produtivistas” - termo usado por Singer (2018) para representar os donos das indústrias - não assumiram uma posição de apoio em relação ao governo como esperava-se que fizessem. Singer (2018) levanta algumas hipóteses sobre essa mudança, apontando que a oposição dos “produtivistas” poderia ter sido fomentada pela luta de classes - as manifestações e o aumento do salário-mínimo -, bem como poderia ter sido fortalecida por um fator ideológico, assumindo que os empresários são sensíveis ao discurso rentista. Em certo nível, tal hipótese relaciona-se bem com outra apresentada sobre a imbricação entre produção e rentismo, uma vez que não é possível separar o “rentismo” das empresas “produtivas”, que atualmente apresentam participação no mercado financeiro.

Do outro lado, Dilma Rousseff seguia com o seu projeto contra a corrupção, e Singer (2018) aponta que isso teria levantado a oposição do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que posteriormente passou a contar com o apoio dos “rentistas” - e do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) - e até mesmo com o dos “produtivistas”. Mas para enfraquecer o PT, seria necessário prejudicar sua imagem de “partido que escolheu o lado dos trabalhadores”, e a virada do jogo estaria na classe média. Singer (2018) mostra que diferente da classe baixa e a baixa classe média, a média classe média apresentou pouco crescimento, ao passo que aumentou os gastos com os serviços contratados (afinal o salário-mínimo tinha crescido), o que teria motivado sua mobilização política. Por outro lado, depois de anos financiando faculdades privadas graças às medidas do governo petista, a baixa classe média enfrentou dificuldade em encontrar empregos com remuneração mais alta, sem mencionar as consequências do aumento da inflação.

Com o crescimento das manifestações, fomentadas pelo aumento da inflação e do desemprego e sem uma unidade política forte para contrapor os movimentos da oposição promovidos pelo PMDB, em 2015 Dilma Rousseff começou a assumir posições apontadas por Singer (2018) como “neoliberais”. Além da proposta de reforma da previdência e da expansão da terceirização, o governo petista passou a mexer nos direitos trabalhistas, como o seguro-desemprego. Mas isso não seguiu o avanço da proposta de impeachment, e no fim, Temer assumiu a posição de presidente.

[...] A intenção de remover obstáculos postos ao crescimento e eliminar a dependência em relação ao partido do interior provocou reações fatais. Dilma subestimou o vulcão sobre o qual estava sentada, talvez acreditando na força mágica de uma presidência imperial. O desenvolvimento "irregular" do capitalismo no Brasil faz com que as camadas "modernas" procurem perpetuar a exclusão da parte "atrasada" para que o sistema continue a funcionar como sempre o fez. A especificidade brasileira está em que o setor minoritário da sociedade é amplo o suficiente para, em determinados momentos, impor vetos. [...] (SINGER, 2018. s.p.)

Em síntese, Singer (2018) aponta que as medidas do governo petista para reduzir o “limbo” e a pobreza significavam uma ameaça para a elite brasileira, e que a tentativa de Dilma Rousseff de acelerar o processo teria promovido um boicote por parte daqueles que defendem as políticas de Estado mínimo, levando a uma crise econômica com impacto direto nos níveis de desemprego. Carvalho (2018), no entanto, apresenta uma perspectiva diferente, uma vez que sua crítica está voltada para as escolhas políticas e sobretudo econômicas do governo petista.

A autora começa com a situação da economia brasileira durante a bolha das *commodities*. Há uma discussão inicial sobre a melhora da condição de vida dos brasileiros, uma vez que o salário-mínimo passou a crescer e, como foi mencionado, é grande o contingente de trabalhadores ou beneficiários que recebem valor igual ou próximo do salário-mínimo. Isso ocorre, sobretudo, porque o “milagre” brasileiro expandiu setores com demanda de mão de obra barata. Porém, assim como Singer (2018), Carvalho (2018) reconhece que o aumento salarial deu-se nas camadas mais baixas, e que a classe média foi a que menos cresceu, ao passo que os mais ricos expandiram suas riquezas.

O primeiro governo de Lula teria focado na distribuição de renda e no acesso ao crédito, tendo sido bem-sucedido. Carvalho (2018) aponta que durante o segundo mandato, com a arrecadação dos impostos, o governo expandiu os investimentos públicos, assim como o *superávit* primário, e neste período houve a queda da dívida pública, assim como da dívida externa, o que teria permitido a acumulação de dólares. Por sua vez, quando a crise de 2008 chegou, houve a contração do crédito e da demanda doméstica, a desvalorização do real e a queda do PIB. Por outro lado, em 2009 o PIB voltou a crescer 2,3%, e a autora atribui esse resultado às políticas de distribuição de renda implementadas pelo governo antes da crise.

Carvalho (2018) segue argumentando que, para manter o crescimento, seria necessário que o governo assumisse medidas de avanço industrial e inovação tecnológica, o



que qualificaria a mão de obra e diminuiria o número de importações. Em linhas gerais, esse era o objetivo do governo de Dilma quando optou pelas medidas desenvolvimentistas, ainda que os caminhos escolhidos fossem diferentes dos sugeridos pela autora. Os índices de inflação estão diretamente atrelados ao valor do dólar, e uma das medidas de Dilma foi desvalorizar o real para que as mercadorias brasileiras se tornassem atrativas. O aumento da inflação contou com o aumento do preço dos serviços e do salário-mínimo, o que levou a um conflito distributivo entre trabalhadores e capitalistas, controlado pelo governo a partir do represamento dos preços administrados. Carvalho (2018) reprova a escolha, acredita que o conflito poderia ser equilibrado com uma maior produtividade do trabalho, através do desenvolvimento das forças produtivas e a melhoria dos serviços públicos, elevando o poder de compra dos trabalhadores sem o aumento do salário.

Além da desvalorização do real, Dilma Rousseff expandiu o crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), diminuiu os gastos com investimentos públicos, desenvolveu uma política de maiores desonerações tributárias e reduziu a taxa de juros Selic, o que repelia os investidores estrangeiros e, conseqüentemente, a entrada de dólares. Estes, na opinião de Carvalho (2018), teriam sido os maiores erros do governo petista, visto que após o crescimento econômico de 2,7% em 2010, houve uma queda de 3,7% em 2012.

O custo das desonerações e o baixo crescimento da economia passaram a prejudicar a meta de *superávit*, e a dívida pública passou a subir. Com isso, para evitar que as empresas fossem prejudicadas, os juros se elevaram. No entanto, as dívidas públicas também acompanhavam os juros Selic, o que só prejudicava ainda mais a arrecadação do governo. Sob a pena de duras críticas relacionadas aos altos gastos públicos - ainda que, quando comparado ao governo de FHC e de Lula, o de Dilma teria sido o que apresentou menores gastos públicos (CARVALHO, 2018) -, o segundo mandato da presidenta assumia posições fortemente influenciadas por Temer. A sugestão de Lula era estimular o crédito e o consumo, mas Carvalho (2018) acredita que não funcionaria, uma vez que as empresas não investiriam. No fim, se os ajustes de Dilma foram “ruins”, Carvalho (2018) aponta que os de Temer foram piores, contando com a flexibilização das leis trabalhistas.

Para Carvalho (2018), os três pilares da crise foram a falta de crescimento econômico, a queda na arrecadação tributária e o pagamento dos juros, e afirma que apenas a retomada da produção seria capaz de aliviar os conflitos. Em “Uma agenda para todos”,

propõe a volta dos investimentos públicos em infraestrutura, assim como a eliminação das desonerações tributárias. Ainda, propõe uma reforma tributária - reduzindo os impostos sobre consumo e aumentando os impostos sobre a renda, visto que os mais ricos no país não pagam impostos como os mais pobres -, corte de privilégios políticos, uma nova política de desenvolvimento produtivo e a revisão da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de gastos e da meta de *superávit* primário.

Até então, estas foram leituras que partem do pressuposto de que a crise econômica brasileira poderia ter sido evitada com diferentes estratégias de governo, o que caracteriza a crise como algo que pode ocorrer esporadicamente. Porém, partindo da perspectiva que formula a hipótese de que a crise é na verdade um reflexo da crise estrutural do sistema capitalista, é necessário trabalhar com outros autores. Mészáros (2011), por exemplo, nos apresenta formulações em que o capitalismo estaria em uma crise permanente e de caráter universal, afetando sua totalidade como um complexo social.

Para o autor, o sistema capitalista se encontra em uma fase de produtividade descendente, e utiliza como indicativo o débito acima de 14 trilhões de dólares do governo dos EUA, ou o fato de o débito total do sistema chegar a até dez vezes mais do que o montante de dólares não utilizados da China - cerca de três trilhões. Mészáros (2011) apresenta as guerras mundiais e os conflitos armados, o avanço da destruição do meio ambiente e o avanço da “produção destrutiva” - diminuição da vida útil das mercadorias - como outros sinais claros da crise estrutural, que só poderá ter um fim a partir do rompimento com a lógica do capital.

Ainda trabalhando com o conceito de crise estrutural do sistema capitalista, trouxemos o texto de Pitta (2020), que traça a relação entre o colapso dos fundamentos do sistema produtor de mercadorias e a crise econômica brasileira. Através da crítica do valor-dissociação (KURZ, 1993), Pitta (2020) constrói sua análise a partir da crítica ao fetiche da mercadoria e ao fetichismo do sujeito<sup>7</sup>, reconhecendo na mercadoria - e não no capital, como faz Mészáros - a partícula nuclear do capitalismo.

---

<sup>7</sup> A partir de Marx (1867), o fetiche da mercadoria é fulcral para a constituição da mercadoria - valor de troca e valor de uso. É ele que garante a ideia de que a força de trabalho - algo abstrato, incorpóreo - está contida na mercadoria, o que gera a compreensão de que a mercadoria e o trabalho são identificáveis. Porém, a força de trabalho não assume a mercadoria, e sim assume uma posição fantasmagórica nela. Tal fenômeno compõe uma dinâmica social de contradição que faz os homens acreditarem que é sua função realizarem-se por meio de sua dominação sobre as coisas, apagando a finalidade de valorização do valor que define a sociabilidade capitalista. A crítica do valor-dissociação (KURZ, 1993 & SCHOLZ, 2009) nomeia tal condição como fetichismo de sujeito.

De acordo com a crítica do valor-dissociação, a partir da revolução microeletrônica de 1970 houve a expulsão da força de trabalho do processo produtivo em números absolutos (KURZ, 1993). O capital, por sua vez, corre no caminho oposto, crescendo e buscando valorizar mais a partir de estratégias de produção mais rápidas e tecnológicas. Porém, a força de trabalho - que aparece como parte da mercadoria graças ao fetichismo - não estaria mais presente suficientemente no processo produtivo, e partindo do princípio de que apenas o trabalho vivo valoriza o valor (MARX, 1867), há uma queda tendencial da taxa de lucro, impedindo a valorização dos capitais. Mesmo que algumas empresas ainda apresentem trabalho produtivo ao redor do mundo, a capacidade de valorização desses indivíduos é pequena quando comparada com a quantidade de capitais a espera de valorização.

Com o sistema capitalista em seu limite histórico absoluto, os capitais “fogem” para o mercado financeiro, onde ocorre uma simulação de acumulação que não se realiza. É o capital fictício a nova mediação social da mercadoria, expressão do desacoplamento entre dinheiro e valor, o que tende a inflar os preços das mercadorias nos mercados financeiros, gerando bolhas especulativas que, cedo ou tarde, estouram.

[...] Aqui a categoria marxiana de capital fictício passa por nós a ser mobilizada para designar a simulação da acumulação de capital, que não mais se realiza substancialmente ao nível da totalidade do mesmo. Kurz, assim, não se refere ao capital portador de juros a se valorizar por meio do comércio de dinheiro nos mercados de capitais, que se apropriaria de parte da mais-valia global produzida a valorizar o valor em processos produtivos. Kurz formula o capital fictício como desacoplamento [Entkopplung] entre criação de dinheiro (como representante do valor a ser produzido e a substancializá-lo) e o próprio valor, cuja valorização, a partir de então se tornara inviável historicamente (KURZ, 2019, p. 55), já que a massa absoluta de valor produzido ao nível da totalidade do capital declina desde então, em razão da expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos de mercadoria (mesmo com a expansão da produção desta). Em Kurz, o capital fictício passou a ser, a partir dos anos 1970, a determinação para a simulação de acumulação capitalista e sua reprodução, ou seja, ele se tornara a forma de ser da própria mediação social da mercadoria. [...] (PITTA, 2020. p. 39-40)

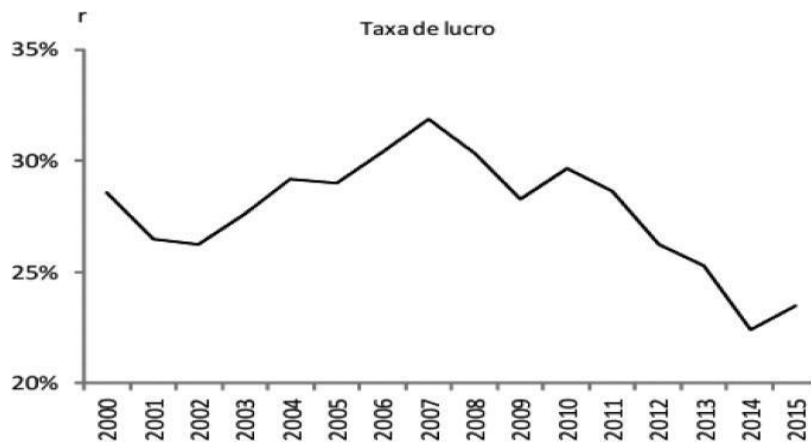
Dessa forma, a crise econômica brasileira pode ser apreendida não como algo periódico passível de ser evitado com outras medidas políticas, mas como um reflexo da crise estrutural do sistema capitalista, que atinge a economia de todos os países. Pitta (2020) aponta que mesmo empresas consideradas entre as mais produtivas do mundo - como a General Motors - faliram em 2008, reafirmando a condição universal da crise econômica.

Assim, ainda que uma série de medidas políticas fossem aplicadas para conter o estrago, o colapso do sistema capitalista ainda seria sentido.

Em seu texto, Pitta (2020) busca dialogar com as perspectivas progressistas, keynesianas e socialistas para apreender a crise econômica brasileira. Para Belluzzo (2012), um dos autores mencionados, a lógica do capital leva à desregulamentação do mercado, o que conduz até o desacoplamento entre capital fictício e produção. Nessa leitura, é papel do Estado regular o mercado para garantir uma relação equilibrada. É possível dizer que Carvalho (2018) aproxima-se muito da formulação de Belluzzo (2012), visto que apresenta suas críticas aos ajustes fiscais e ao mercado financeiro, reafirmando o papel do Estado em controlar a crise econômica.

Seguindo agora com as perspectivas marxistas, a maioria dos autores apresentados por Pitta (2020) - Marquetti (2016), Batista (2018) e Rezende (2016) - reconhecem um aumento da taxa de lucro até o estouro da bolha em 2008 (FIGURA 1), e parecem concordar que o atraso brasileiro na concorrência internacional e o rentismo seriam os responsáveis pela sua queda, sugerindo como solução medidas desenvolvimentistas e intervenção estatal para a redução do endividamento das empresas. Para Rezende (2016), outro aspecto que teria contribuído para a crise econômica seria o excesso de desenvolvimento produtivo mesmo após sinais de queda na taxa de lucro.

**FIGURA 1 - A taxa de lucro líquida e seus determinantes, Brasil, 2000-2015.**



Autor: MARQUETTI, 2016. p. 08.

É a partir da crítica do valor-dissociação (KURZ, 1993 & SHOLZ 2009) que Pitta (2020) apresenta sua análise da crise econômica brasileira. O estouro da bolha da *National*

*Association of Securities Dealers Automated Quotations* (NASDAQ) causou a migração de capitais para a bolha imobiliária e para a bolha de *commodities*, definindo assim o crescimento da demanda de *commodities* brasileiras, sobretudo por parte da China. Desde então há um crescimento do PIB, porém vinculado ao capital fictício por tratar-se de uma bolha, o que torna o crescimento em si fictício. A inflação dos títulos de propriedade permitiu que as empresas produtoras de *commodities* financiassem o processo produtivo em dólares, adquirindo créditos nos mercados de capitais internacionais sobre os próprios preços futuros de derivativos, preços em ascensão.

Pitta (2020) apresenta que, em razão da concorrência para acessarem tais preços – visto que quem não o fizesse “perderia” a possibilidade de nova rodada de industrialização de suas produções – as empresas entravam em um processo de expansão tanto intensivo quanto extensivo de suas produções, a fim de tentar saldar as dívidas no futuro. Este processo de simulação fictícia de acumulação só podia perdurar enquanto os balanços das empresas parecessem passíveis de lidar com tais dívidas, ou seja, enquanto durava a alta dos preços futuros das *commodities*. Passado este período, as falências passaram a se generalizar, o que apareceu na economia brasileira como recessão, desemprego, alto endividamento e inflação.

O autor apresenta que em 2009 a atividade econômica foi retomada de maneira fictícia, e aponta que isso teria ocorrido porque o Estado passou a agir com mais afinco para fomentar a economia a partir das reservas que já possuía. Há um aumento do financiamento a juros subsidiados e da isenção de impostos das empresas. Ainda que outros autores mencionados por Pitta (2020) reconheçam a criação de capital fictício neste momento, não reconhecem o processo ainda antes do estouro da bolha. Neste período, é possível observar que o preço das *commodities* havia retomado uma relativa alta, mas entre 2011 e 2012, eles despencam definitivamente. Como já foi apontado por Carvalho (2018), as medidas do governo de Dilma teriam contribuído ainda mais com o endividamento do governo, e para Pitta (2020) isso teria apenas escancarado uma crise já existente e ocultada pela ficcionalização da acumulação durante a bolha das *commodities*.

Todos os autores parecem concordar, no entanto, que além de alavancar a precarização do trabalho após uma nova onda de desemprego, as medidas de Temer não garantiram o crescimento da economia. Porém, é importante reconhecer que essa precarização é apreendida de maneira diferente por cada um deles, uma vez que, ao passo

que Carvalho (2018) diz que o Brasil estava próximo do pleno emprego, Pitta (2020) denuncia em seu texto uma precarização cada vez maior do trabalho. Nesse sentido, seguimos a nossa discussão para as transformações das relações de trabalho, como elas são apreendidas pelos autores e como podem se relacionar com o cotidiano dos vendedores ambulantes.

### **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A CONDIÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES DOS TRENS**

Para compreender a situação em que os vendedores ambulantes encontram-se, foi necessário buscar bibliografias que abordem a precarização do trabalho, como Braga (2012) e o conceito de “precariado”. Por sua vez, para entrar na especificidade dos vendedores ambulantes, também analisamos a dissertação de mestrado de Silva (2009). Tais bibliografias ajudarão a apreender a realidade observada nos trabalhos de campo e nas entrevistas desenvolvidas no processo de pesquisa, e assim poderemos finalizar com uma análise do texto de Scholz (2008), que relaciona o que foi discutido sobre a crise estrutural do capitalismo e a realidade dos trabalhadores.

Braga (2012) aponta que a eleição de Fernando Collor em 1989 levou a uma “regulamentação neoliberal”, marcada por uma série de ajustes estruturais que acarretaram no nascimento do “pós-fordismo financeirizado”. É a partir daí que se observa uma enorme reestruturação produtiva das empresas e o ciclo das privatizações, tal como uma onda de desemprego em massa, endurecendo a concorrência entre os trabalhadores. Para o autor, a integração brasileira ao neoliberalismo consolidou a dominância dos capitais internacionais liberados pela tendência à queda da taxa de lucro (BRAGA, 2012).

Essa tese sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil feita por Braga (2012) tem como objetivo expressar que o “pós-fordismo financeirizado” é um novo momento do sistema capitalista caracterizado pelos enormes avanços tecnológicos e pela inserção nacional no mercado financeiro, que exige uma precarização do trabalho para acompanhar as demandas da financeirização. Para o autor, o mandato do PT teria sido responsável por uma pacificação das classes trabalhadoras, e que esse seria um dos principais motivos do assentamento da lógica neoliberal na estrutura econômica brasileira. Colocando o foco nas transformações tecnológicas, Braga (2012) trabalha como as empresas encontraram-se dominadas pelos mecanismos financeirizados de controle de excedentes para potencializar

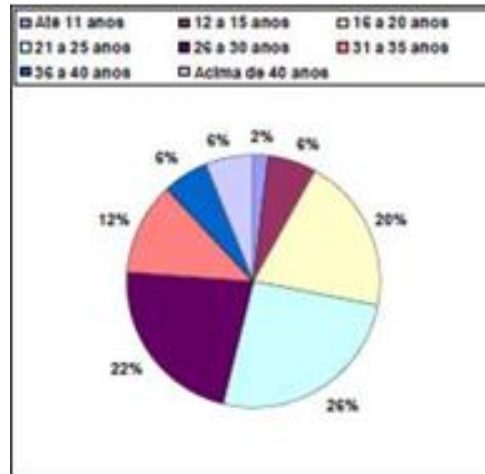
a acumulação de capital. Como consequência, os trabalhadores foram subsumidos a uma organização em torno da demanda dos investidores institucionais e acionistas que buscam rendimentos de seus títulos, o que tende a tornar as condições de trabalho mais flexibilizadas, além de aumentar a exploração. Essa seria a principal característica daquilo que é reconhecido como “o precariado”: Uma população que tem capacidade de reivindicação, mas que não exerce devido a uma flexibilização dos direitos trabalhistas e ao aumento da exploração de trabalho, que dificultam a organização coletiva.

Por fim, existe um último ponto sobre o precariado levantado por Braga (2012). Para adentrar nesse novo momento do sistema capitalista no mercado financeiro, era necessário um apaziguamento das classes que contou com a cumplicidade dos sindicatos, que começaram a se envolver diretamente nos processos de investimento ao passarem a gerenciar os fundos de pensão. Ao citar Oliveira (1972), o autor diz que as reproduções de trabalho barato que o sindicalismo deixou serem enraizadas retroalimenta um ciclo vicioso de subdesenvolvimento, enfraquecendo a acumulação de capital.

Para resolver o vazio informacional da análise de Braga (2012) sobre os trabalhadores ambulantes no período chamado por ele de “pós-fordismo financeirizado”, a dissertação de Silva (2009) foi estudada durante a pesquisa. O autor trata a causa dos fluxos migratórios para os municípios da zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) como uma consequência da proximidade da capital e seu pólo econômico, o que representava na época da industrialização uma maior oportunidade de carteira assinada. Os municípios que margeiam a linha 8 Diamante da ViaMobilidade passaram por um processo de crescimento populacional apenas a partir dos anos 1970.

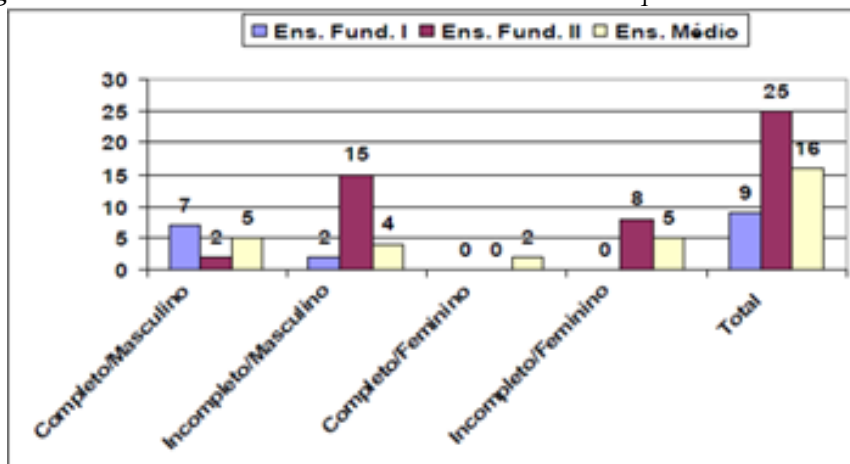
Silva (2009) entrevistou cerca de 50 ambulantes - em sua grande maioria negros -, sendo 35 homens e 15 mulheres. A grande maioria era de Itapevi e Jandira, e considerava a atividade como um trabalho, não como algo temporário, em sua maioria pela falta de perspectiva profissional no mercado de trabalho. Em relação à idade, cerca de 26% possui entre 21 e 25 anos, 22% entre 26 e 30 e por fim, 20% têm entre 16 e 20 anos (FIGURA 2). A maioria se formou apenas no ensino fundamental II e somente 16 deles concluíram o ensino médio (FIGURA 3).

**Figura 2** - Gráfico em Percentuais das Faixas Etárias dos Ambulantes



Autor: SILVA, 2009, p. 159.

**Figura 3** - Gráfico do Nível Escolar dos Ambulantes que Atuam nos Trens.

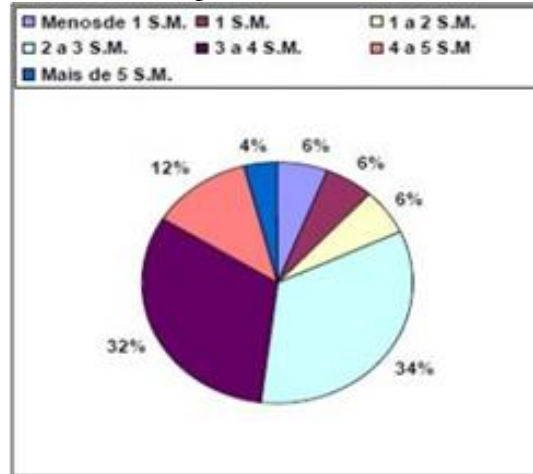


Autor: SILVA, 2009, p. 158.

É importante ressaltar que em 2009 o salário-mínimo apresentava o valor de R\$465,00 e 34% dos trabalhadores apresentavam como renda média algo entre dois a três salários-mínimos. Ainda, 32% alcançava em torno de três a quatro salários-mínimos (FIGURA 4). Silva (2009) também questionou o tempo em que os ambulantes participavam de tal atividade, sendo que 24% deles estava nela há 10 anos ou mais (FIGURA 5). Em média, as famílias eram compostas por cinco membros, e até mesmo as crianças embarcavam na atividade para complementar a renda de casa e, ainda assim, como foi apontado por Silva (2009), muitas vezes não se consegue alcançar o suficiente de acordo com as necessidades da família.

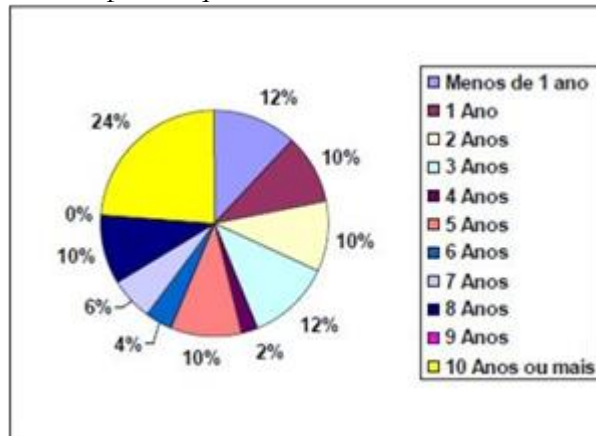


**Figura 4** - Gráfico da Renda Média por Família dos Trabalhadores Ambulantes do trem.



Autor: SILVA 2009, p. 161.

**Figura 5**- Gráfico do Tempo em que Trabalhadores atuam nessa atividade nos trens.



Autor: SILVA 2009. p.160.

Um dos grandes argumentos contra os trabalhadores ambulantes é a concorrência injusta, uma vez que não são emitidos os talões de notas fiscais, o que comprometeria o consumidor em relação às compras. Mas, de forma perspicaz, Silva (2009) investigou mais a fundo a situação dos quiosques que ficam de forma pacífica nas dependências das estações da ViaMobilidade, como o caso da Palmeiras - Barra Funda<sup>8</sup>. Esses quiosques também não geram notas fiscais para os consumidores e não passam por processos de recolhimento de impostos. Além disso, de acordo com as entrevistas de Silva (2009), apenas 1 em 12 entrevistados tinha de fato vínculo formal, com carteira assinada. Assemelha-se muito com diversos aspectos da venda ambulante nos trens, até mesmo seus produtos são adquiridos

<sup>8</sup> Estação de baldeação entre as linhas Diamante e Rubi de trem e Vermelha de metrô.

da mesma forma, mas ainda assim não passam pela violência e perseguição que os ambulantes enfrentam.

Outro aspecto importante da dissertação de Silva (2009) é a análise da aquisição das mercadorias comercializadas nos trens, e os motivos para que os preços sejam inferiores aos encontrados do lado de fora das estações. Em linhas gerais, os vendedores são abastecidos por pequenas lojas varejistas e atacadistas locais, que se estabeleceram perto das estações de trem pela demanda de mercadorias. Os proprietários desses comércios possuem uma relação direta com empresas de grande porte, como Carrefour, Atacadão e etc., para as dinâmicas de abastecimento. Trata-se de uma relação benéfica para esses grandes empreendimentos, que conseguem vender as mercadorias que estão prestes a vencer e assim fugir do prejuízo. Nesse sentido, os grandes empreendimentos precisam e se beneficiam muito com os varejistas e atacadistas locais que fornecem as mercadorias para os ambulantes.

É importante ressaltar que a pesquisa de Silva (2009) foi desenvolvida no período em que, conforme apontado por Singer (2018) e Carvalho (2018), a economia encontrava-se mais estabilizada quando comparada com o crescimento da crise econômica a partir de 2012. A partir de 2013 foi possível observar um aumento no número de trabalhadores ambulantes nos trens, e a partir de 2017 as medidas da CPTM para conter a prática tornaram-se mais intensas. O aviso sonoro de que a compra das mercadorias é ilegal é repetido mais vezes durante as viagens e o número de apreensões cresceu. Jornais passaram a noticiar processos violentos de conflitos entre os trabalhadores ambulantes e os guardas das estações, assim como casos de tortura em salas fechadas.

Além de apresentar como ocorre a aquisição de mercadorias, a dissertação de Silva (2009) também trouxe informações quantitativas importantes sobre os vendedores ambulantes, como sua idade, nível de escolaridade, onde moram e qual a renda familiar. Em nossa pesquisa, a análise de campo foi a principal metodologia adotada para observar a realidade dos ambulantes, e buscamos colher informações qualitativas, que fizeram falta no trabalho de Silva (2009). Nossa proposta inicial era acompanhar a movimentação dos vendedores dentro dos trens, conversar com eles sobre o cotidiano das vendas e realizar algumas entrevistas. A pandemia global de Covid-19, no entanto, fez com que as saídas de

campo fossem realizadas tardiamente<sup>9</sup>, em um momento em que havia menos ambulantes dentro dos trens. Ainda assim, conseguimos captar aspectos importantes do cotidiano dos vendedores.

Se entre 2015 e 2018 podia-se encontrar ao menos dois vendedores por vagão, em 2019 a frequência já não era a mesma. Isso ocorre porque os guardas, que antes ficavam majoritariamente nas estações, tornaram-se muito mais frequentes dentro dos trens da linha. Dessa forma, os vendedores ambulantes buscam diferentes estratégias, como permanecer sentados, com as mercadorias escondidas em sacolas e mochilas. Os trens da linha, de início, apresentavam passagem livre entre os vagões, não sendo necessário descer nas estações para entrar no vagão seguinte. Essa funcionalidade facilitava a venda dos ambulantes. No entanto, atualmente encontram-se outros trens em circulação, estes sem interligação direta entre os vagões, obrigando os vendedores a descer do trem a cada parada para realizar a troca.

Os “marreteiros”<sup>10</sup> andam com sacolas ou mochilas carregando as mercadorias e costumam mostrá-las apenas quando não há guardas por perto. O fluxo de vendas acompanha o fluxo dos trens, então de manhã há mais ambulantes no sentido da estação Júlio Prestes, uma vez que a maior parte dos moradores da região segue para Osasco ou para São Paulo para trabalhar. A partir das 17h o fluxo se inverte, e os ambulantes encontram-se no sentido até Itapevi, quando os passageiros estão voltando para casa.

Em linhas gerais, o contato com os ambulantes através das entrevistas não mostrou-se muito eficiente. A abordagem nos trens e nas estações era difícil, uma vez que esse era o único momento em que podiam realizar a venda, e não estavam dispostos a conversar. Para além disso, os vendedores precisam estar em estado de alerta a todo momento, visto que podem perder as mercadorias com as abordagens dos guardas. Essa situação torna as vendas frenéticas, e existe uma desconfiança por parte dos ambulantes, que temem ser expostos e não aceitam passar qualquer forma de contato para a realização de entrevistas. Ainda assim, em alguns poucos momentos conseguimos realizar conversas rápidas, como a que tivemos com uma vendedora de cocadas:

Acontece muita perseguição com os guardas, muita mesmo. Eles ficam atrás da gente e pegam tudo. Não importa se você mostrar a notinha fiscal de que

---

<sup>9</sup> Segundo semestre de 2021, após parte considerável da população ter sido vacinada.

<sup>10</sup> Maneira como chamam os vendedores ambulantes dos trens.

comprou, de que não foi roubado, eles confiscam tudo de você. Mesmo se for feito totalmente em casa, eles levam. [...] Tem muito ambulante nos trens, muito mesmo, e tem toda essa perseguição. Tem que pensar sobre legalizar, porque se abrir pra todo mundo também, acaba que ninguém vende nada. Eles deviam pensar em formas de resolver isso, cobrar uma taxa simbólica, arranjar um espaço pra gente vender ou limitar o número de ambulantes dentro de cada trem [...] A gente não tá aqui porque quer, não tem onde trabalhar, então a gente dá um jeito, não é justo toda essa perseguição.<sup>11</sup>

Para compreender o cotidiano dos vendedores ambulantes, é importante compreender a organização da fiscalização dos trens. Os guardas são divididos pelos vendedores ambulantes como os “verdinhos” e os “PF”<sup>12</sup>. Os “verdinhos” são funcionários que usam uniforme verde da Albatroz - empresa de segurança terceirizada contratada pela CPTM na época - e andam apenas com os cassetetes. São os mais comuns, diferente da Polícia Ferroviária, que usa coletes e uniformes mais robustos, além das pistolas e dos cassetetes. Em um certo momento, tivemos acesso<sup>13</sup> ao relato de uma funcionária da Albatroz, que falou um pouco sobre sua vida. Queixou-se para um ex-funcionário que mal parava em casa e que tinha filhos. Mencionou também que quando entrou na função, existiam outros vinte funcionários, e hoje, só ela continua trabalhando. Em seguida, a funcionária falou que passou por muitas situações de violência, e que os “marreteiros” unem-se para ataques violentos contra os guardas, fazendo uso de pedras ou facões.

Em todos os momentos, a fala da funcionária estava muito direcionada ao fato de que os trabalhadores da empresa deveriam tomar muito cuidado com ações agressivas. Afirmou mais de uma vez que os funcionários novos que estavam preparando-se para assumir os trens seriam “comidos com farinha” no conflito com os vendedores ambulantes caso assumissem posições violentas. Por esse motivo, disse que costuma fazer vista grossa, mesmo conhecendo a maioria dos vendedores. Em suas palavras, “Eles me respeitam, e eu respeito eles”.

Depois, a funcionária passou a queixar-se do descaso da empresa para quem trabalha. Em suas palavras, a empresa não parecia se importar com a violência que sofriam, e que muitas vezes os funcionários eram mandados embora caso sofressem com muitos ataques, para evitar risco de morte ou de ferimentos graves a serem indenizados. Dessa

---

<sup>11</sup> A fim de garantir a privacidade da trabalhadora, não revelaremos seu nome. Este trecho foi retirado de uma breve conversa dentro dos trens da linha da CPTM em outubro de 2021 na estação Jardim Silveira.

<sup>12</sup> Polícia Ferroviária.

<sup>13</sup> Tivemos acesso a conversa no dia 11 de novembro de 2021 dentro dos trens da CPTM, entre as estações de Jandira e Carapicuíba.

forma, é necessário que aprendam a fazer vista grossa para não entrar em conflito direto com os vendedores. Conforme dizia, “A gente entra em conflito e é mandado embora. O marreteiro tá lá no dia seguinte”. Em linhas gerais, os apontamentos da funcionária referente a diminuição de direitos e baixa estabilidade no emprego são exemplos da precarização do trabalho presentes no cotidiano da maior parte da população brasileira, conforme vem sendo apresentado por Braga (2012).

Durante a realização dos trabalhos de campo, observamos alguns ambulantes usando camisetas personalizadas com a estampa do trem, o personagem Tio Patinhas<sup>14</sup> e uma imagem com os morros e as casas construídas nas comunidades dos municípios que são atendidos pela linha 8 Diamante. Na parte de trás, ficava o apelido do vendedor e a *hashtag* “#FuganosPF”. Ao acessá-la nas redes sociais, foi possível encontrar várias fotos de vendedores ambulantes nos trens com seus parceiros, divulgando o trabalho com as fotos das mercadorias. A camiseta com a *hashtag*, junto dos grupos de *WhatsApp* - que não tivemos acesso - são sinais da luta e da organização coletiva dos indivíduos pelo direito de venda nos trens.

O acesso aos perfis nas redes sociais garantiu que pudéssemos entrar em contato com mais alguns trabalhadores ambulantes<sup>15</sup>. O processo das entrevistas foi desenvolvido entre novembro e dezembro de 2021, o primeiro entrevistado possuía 23 anos e trabalhava no trem há três anos. Em meio a conversa, mencionou que decidiu trabalhar nos trens porque estava desempregado e não conseguia achar nenhum lugar para ser contratado, mesmo tendo experiência em logística, como serralheiro e em trabalhos com gesso. Quatro pessoas dependiam de sua renda, sendo uma delas sua filha pequena, e o trabalho dentro dos trens tinha um papel muito importante na reprodução familiar.

Por sua vez, o segundo entrevistado falou um pouco mais sobre o processo de venda. Primeiro era necessário comprar as mercadorias, inicialmente algumas mais baratas, porque nem sempre os vendedores dispõem de muito dinheiro para investir. Aos poucos, o “marreteiro” consegue “crescer” e ter acesso a mercadorias melhores. O ambulante mencionou que já foi perseguido pela “PF” diversas vezes, especialmente porque os guardas acabam “marcando” os ambulantes, gravando a aparência e a feição. Além de

---

<sup>14</sup> Personagem da Disney conhecido por ser extremamente rico.

<sup>15</sup> Para proteger a identidade dos entrevistados, ocultamos seus nomes. Dessa maneira, iremos identificá-los como “primeiro entrevistado”, “segundo entrevistado”, etc.

residirem nos municípios da periferia da RMSP, a maior parte dos ambulantes é negra. Neste sentido, ainda que os guardas não conheçam a realidade dos ambulantes, não parece ser um impeditivo para classificá-los como marginais em busca de dinheiro para comprar drogas. O estigma de criminalização marca boa parte dos vendedores ambulantes, que na maioria das vezes são pais de família ou saíram de uma casa de detenção sem estrutura nenhuma e buscam alguma forma de garantir a própria sobrevivência, conforme foi apontado pelo ambulante entrevistado, que logo começou a contar a história de como virou um marreteiro.

Então, na época que eu marretava, que eu sempre fui barbeiro né. Mas na época tava muito difícil, tipo assim, como que eu posso falar, tava difícil a situação, num tava saindo nada na barbearia. Tava tramando, tava desesperado, tinha meu filho e minha esposa aliás né, aí meu colega falou que tava vendendo e eu falei ‘como que é?’ né? Me interessei, fui comprei a mercadoria eu mesmo, comecei a vender umas bala e tipo assim, cê vai evoluindo conforme cê vai ganhando, usando a inteligência, cê vai evoluindo, comprando umas mercadoria mais cara que vende mais rápido também. Fui vendendo, fui gostando que tava dando dinheiro e sim, dava pra se manter, dava pra viver tranquilo. Tipo assim, se for falar como que um funcionário de hoje em dia ganha aí por dia vamos supor de sessenta reais a oitenta no dia, nois tirava uma base de duas, três vez mais, tinha dia quatro, depende do dia. Mas tinha que investir.

Em seguida, perguntamos ao segundo entrevistado sobre o discurso da CPTM naquele período acerca das “mercadorias roubadas” ou “de procedência duvidosa”. O vendedor dizia que as mercadorias que comprava eram adquiridas em lojas atacadistas no centro de São Paulo ou em docerias e lojas de “Um Real”. Mencionou que os vendedores estão sempre procurando variedade, lugares em que os valores são mais acessíveis para vender a preços mais baixos nos trens.

Depois, entrevistamos um terceiro ambulante, que falou sobre a apreensão das mercadorias. Quando são encontrados nos trens, é comum que os guardas esperem o transporte seguir viagem para adotar medidas hostis, evitando vídeos e testemunhas. O entrevistado reconhece que há guardas que de fato fazem amizade com os ambulantes, mas outros agem como se os vendedores fossem ladrões ou usuários de drogas. Prosseguindo com a entrevista, o ex-vendedor falou um pouco sobre sua vivência no comércio nos trens. Disse que no final de 2015 estava noivo e trabalhava na CAEDU (loja de roupas) com um contrato de menor aprendiz. Como conhecia outros “marreteiros”, acabou sendo chamado para vender nos trens e aceitou, e disse que na época conseguia “tirar um bom dinheiro”, visto que o número de ambulantes ainda não era tão elevado. Essa passagem reforça a

hipótese inicial desta pesquisa, sobre o número de ambulantes crescer conforme o recrudescimento da crise econômica e o aumento do desemprego. Por fim, para ajudar com a pesquisa, o terceiro entrevistado indicou-nos uma música<sup>16</sup>, que será analisada a seguir.

No clipe da música, os vendedores são gravados, assim como a violência dos guardas nas estações de trem. Na letra, o cantor fala sobre não ter sequer terminado o Ensino Médio e que não conseguiu encontrar emprego para sustentar a família, que precisa de seu apoio financeiro. O refrão chega com um apelo do artista aos guardas dos trens, sobre aquela ser sua única forma de trabalho. O artista finaliza a música com uma crítica direcionada à corrupção política dentro do Senado e outros âmbitos governamentais que normalmente saem impunes, apontando que os vendedores ambulantes dos trens não deveriam levantar tanta preocupação, uma vez que estão apenas buscando uma forma de garantir o sustento da casa.

Uma preocupação que parecia afligir tanto os guardas - algo que foi mencionado pela funcionária da empresa terceirizada que apresentamos anteriormente - quanto os vendedores ambulantes era a privatização da linha 8 Diamante, que seria passada para a empresa ViaMobilidade em uma concessão de trinta anos. O futuro da venda ambulante dentro dos trens parecia incerto, todos se questionavam se a abordagem dos guardas se tornaria mais violenta. Em 2022, a empresa assumiu o controle da linha, e com o fim da pandemia voltamos com as atividades de análise de campo para investigar as transformações.

Em linhas gerais, a violência e a perseguição de ambulantes ainda está presente na linha Diamante, e os vendedores assumem diversas estratégias para manter a venda. Tudo indica que, apesar da privatização, o comércio ambulante cresceu com o fim da pandemia e soube lidar com as adversidades da vigilância. Para além da fiscalização ineficaz, a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) também vem apresentando inúmeras irregularidades na gestão do transporte (GUEDES, 2022), o que pode explicar a permanência do fenômeno.

Os trabalhos de campo realizados a partir de 2022 trouxeram a possibilidade de observar algumas transformações no cotidiano dos trens. A criação do PIX facilitou as transações financeiras da população, e os impactos foram sentidos inclusive nas vendas ambulantes, visto que os compradores não dependem mais do dinheiro disponível na

---

<sup>16</sup> MC Robs - Vendedor Ambulante. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pWwlduXdJQo>.

carteira. Um vendedor de balas portador de deficiência auditiva foi um claro exemplo dessas mudanças, distribuindo panfletos com a mensagem que gostaria de passar e o número do PIX para a transferência (FIGURA 6).

**Figura 6**

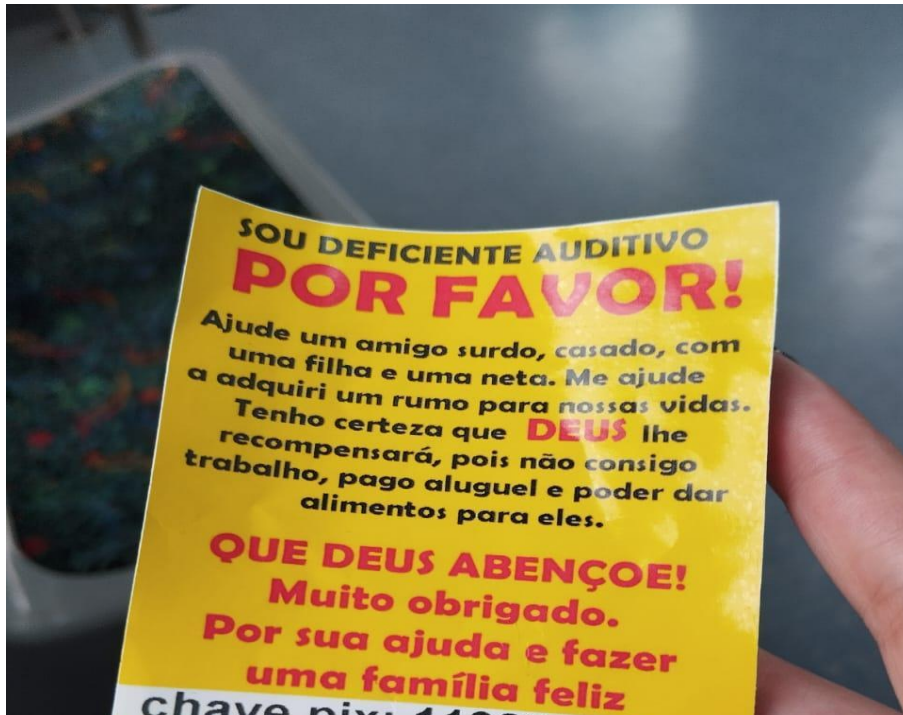


Foto tirada por Evellyn Nogueira, 2023.

A popularização do PIX não transformou somente as vendas, como também outro aspecto muito presente nos trens: as estratégias para pedir dinheiro. Em nossa perspectiva, este fenômeno se aproxima da venda ambulante por ser uma outra forma de expressão da precarização do trabalho, visto que os pedintes mencionam apresentar as mesmas dificuldades de reprodução dos vendedores, procurando por formas de garantir a própria sobrevivência. Por vezes, são homens ou mulheres carregando seus filhos, dizendo que precisam levar comida para casa e pagar o aluguel, idosos sem aposentadoria pedindo ajuda para colocar algum dinheiro dentro de casa ou portadores de deficiência física. O mais comum, entretanto, são as crianças. Diariamente, meninos de no máximo 11 anos - negros, em sua grande maioria - entram nos trens e distribuem no colo dos passageiros bilhetes de corte irregular, amassados e com a impressão desgastada. Agora, estes bilhetes também apresentam a chave do PIX para transferência.



Analisando o discurso dos vendedores ambulantes - e também de alguns pedintes - observamos com frequência a defesa do trabalho enquanto parâmetro de integridade. Muitas vezes iniciam o discurso pedindo para não serem julgados, dizendo que não gostam de estar naquela situação e que é “vergonhoso” ou “humilhante” vender dentro dos trens, longe do parâmetro de trabalho digno e ideal. Também é comum ouvir algo como “podia estar matando, podia estar roubando de um trabalhador pai de família, mas estou aqui vendendo sem fazer mal a ninguém”. Esses aspectos escancaram as consequências da sociabilidade da lógica da mercadoria nesses indivíduos. O trabalho é sinônimo de dignidade e honestidade, e quando não conseguem realizá-lo, sentem-se envergonhados e humilhados, os discursos escancaram a necessidade de validação enquanto sujeitos modernos, que já não pode ser alcançada tão facilmente através do trabalho assalariado. Em linhas gerais, os vendedores ambulantes lutam a todo instante contra o estigma de criminalidade, que os categoriza como marginais, usuários de drogas, ladrões e etc. Aqui, o “culpado até que se prove o contrário” é a realidade mais comum.

Tendo uma vez compreendido o processo de precarização do trabalho e a particularidade dos trabalhadores ambulantes nos trens, que muitas vezes ficam invisibilizados pelas estatísticas, procuramos observar o fenômeno a partir da perspectiva da crítica do valor-dissociação (KURZ 1993, SCHOLZ 2009). Scholz (2008) contextualiza a discussão através da revolução industrial e do êxodo rural, com a constituição da sociabilidade capitalista a partir da venda da força de trabalho como mercadoria e única forma de reprodução social. O trabalho abstrato, historicamente determinado, é peça chave para a acumulação de valor no sistema capitalista, e por isso torna-se sinônimo de dignidade. Em seguida, a autora apresenta o *boom* fordista e o fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social no século XX para discutir a melhora no acesso aos serviços coletivos de educação e saúde, além do crescimento dos padrões de consumo, ainda que, por outro lado, também tenha sido um período marcado pelo processo de individualização dos sujeitos.

Com a revolução microeletrônica e a crise fundamental do capitalismo a partir de 1970, o estado de bem-estar social começou a perder força, e o desemprego passou a crescer graças à expulsão em massa do trabalho vivo do processo produtivo. Esses aspectos da precarização do trabalho colocam a camada média em uma situação de receio constante de se tornar supérflua, afinal não se necessita desses indivíduos no processo

produtivo, a revolução microeletrônica instaura a ocupação do lugar da grande maioria.

[...] Neste contexto, as novas forças produtivas da microelectrónica levam a que no âmbito da constituição das suas qualificações e dos seus portadores a substância do capital é sucessivamente derretida, ou seja, é criada cada vez menos mais-valia real. Como a produção industrial se tornou não rentável, o capital financeiro foge para novos mercados financeiros e “já apenas se verifica uma acumulação simulatória do capital por meio de bolhas financeiras” (ob. cit., p. 49). Um dos resultados fulcrais deste processo é que também as classes médias que se definem por esta lógica acabam por ver-se ameaçadas pela ruína. “O ‘meio de produção independente’ encolhe até atingir a pele dos indivíduos: todos se tornam seu próprio ‘capital humano’, ainda que não seja mais que o corpo nu. Cria-se uma relação imediata entre as pessoas atomizadas e a economia do valor, que se limita a reproduzir-se de maneira simulatória, por meio de défices e bolhas financeiras. (SCHOLZ, 2008. s.p)

Porém, Scholz (2008) chama a atenção para algo fulcral: a crise do trabalho atinge os indivíduos de maneiras distintas. Retomando os preceitos da crítica do valor-dissociação, a autora apresenta que a estrutura familiar com o homem como provedor e a mulher servindo em função da casa até os anos setenta é totalmente fundamentada em uma obnubilação de atividades primordiais para a produção de mais-valor. As ações de cuidar da casa, dos filhos ou de qualquer outro indivíduo incapaz de fazê-lo sozinho são totalmente atribuídas ao feminino através de uma sociabilização patriarcal da lógica capitalista, e em consequência, totalmente ignoradas. A partir do período do pós-guerra, no entanto, essa organização torna-se menos clara. As mulheres das camadas médias passam a ingressar no mercado de trabalho<sup>17</sup>, e diante da crise estrutural do sistema capitalista, são retratadas como grandes heroínas e gestoras da crise, ao cuidarem do lar, dos filhos e ao tornarem-se responsáveis por grande parte - ou às vezes, o todo - da renda da casa.

A precarização latente e a crise do sistema produtor de mercadorias geram uma enorme inquietação entre os trabalhadores, cada vez mais abalados com sua superfluidade. Após a terceira revolução industrial, com as opções de emprego cada vez mais escassas e precarizadas, até mesmo membros da classe média que antes não precisavam trabalhar em tais condições, agora precisam concorrê-las com as minorias sociais. No limite, a crise da sociabilidade e a individualização levam ao crescimento da intolerância. O racismo e a xenofobia ganham cada vez mais espaço no discurso das camadas médias, que atribuem às minorias sociais o motivo pela dificuldade para encontrar emprego.

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar, entretanto, que as mulheres de classes baixas trabalham desde muito antes da crise estrutural do capitalismo e a difusão dos papéis da estrutura familiar proposto pela lógica da valorização do valor. Essa organização apontada por Scholz (2008) é clara na Alemanha, mas em países colonizados, a relação das mulheres com o trabalho é diferente, ainda que a obnubilação das atividades atreladas ao feminino ocorra nos mesmos princípios.

Nesse sentido, a obsolescência do trabalho apresentada por Scholz (2008) fica evidente quando observamos o crescente número de ambulantes dentro dos trens, que não encontram outra forma de reprodução a não ser a informalidade. Quando a perspectiva de Scholz (2008) é contraposta com a de Braga (2012), compreendemos que a precarização do trabalho não seria resultado de um novo período do sistema capitalista que procura garantir a flexibilização das leis trabalhistas e o trabalho barato, mas sim uma consequência da expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, uma expressão da crise estrutural do sistema patriarcal produtor de mercadorias. O “precariado” pode ser entendido como supérfluo através de Scholz (2008), aquele que não consegue encontrar emprego porque já não apresenta utilidade para a valorização do valor, mas ainda assim precisa dele, o que faz com que aceite condições cada vez mais precárias para se reproduzir. É necessário acompanhar o novo ritmo a fim de manter o emprego, e o pleno emprego acusado por Carvalho (2018) oculta as transformações não só quantitativas, mas também qualitativas nas relações de trabalho.

A crise do trabalho abstrato fica cada vez mais evidente com o passar dos anos. Ainda assim, o fetichismo de sujeito não permite que os trabalhadores revoltam-se com a falta de trabalho ao ponto de enxergarem que se trata, na verdade, de uma crise da própria sociabilização, e a ausência dos projetos sociais do Estado após as crises financeiras escancararam o problema mascarado pelas atividades no mercado financeiro. Os sujeitos agora encontram-se individualizados, sua sociabilização obriga que vendam sua força de trabalho, ainda que a própria lógica capitalista caminhe para uma revolução microeletrônica que tende a substituir o trabalho vivo do processo produtivo, sem apresentar, no entanto, uma solução para os trabalhadores. As minorias sociais - mulheres, negros, LGBTQIAPN+, imigrantes, ciganos etc - e a população mais pobre são os mais afetados pela crise, uma vez que os trabalhos que garantiam sua reprodução passam a ser disputados por outros indivíduos que antes possuíam posições privilegiadas, não sobrando muitas opções além da informalidade, como comércio ambulante analisado neste artigo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O aumento de vendedores ambulantes nas linhas de trem da ViaMobilidade a partir de 2013 é sensível para a maioria dos passageiros do transporte público, e desde então diversas medidas vêm sendo adotadas para conter o fenômeno. A maioria dos vendedores,

conforme foi possível observar nos trabalhos de campo, passaram a trabalhar nos trens devido à dificuldade de encontrar emprego e a necessidade de sustentar uma família, e sofrem constantemente com os avanços violentos da CPTM e da ViaMobilidade, não só com o ataque dos guardas, como também com os anúncios sonoros, que associam os indivíduos a criminalidade.

Assim como muitos outros brasileiros, os vendedores ambulantes dos trens sofreram com as consequências da crise econômica. Ao passo que Singer (2018) observa o acontecimento como uma decisão de boicote da elite brasileira às políticas de redução da desigualdade desenvolvidas pelo governo petista, Carvalho (2018) acredita que a crise não seria resultado de um boicote, mas sim da falta de estímulo para produção, afinal os empresários não tinham motivos para investir. A autora reconhece que a queda no preço das *commodities* representou problemas para a economia brasileira, mas as medidas de austeridade do governo de Dilma Rousseff foram de fato o xeque-mate. O estouro da bolha de 2008 teria endividado as empresas, e a queda da demanda desestimulava a produção, então era papel do governo estimulá-la. Ao invés de investir em infraestrutura, Dilma teria optado por ajustes fiscais para garantir o crescimento econômico, o que, na perspectiva de Carvalho (2018), foi seu maior erro.

O discurso de que os efeitos da crise não seriam tão nefastos se as tentativas de “arrumar a casa” tivessem sido bem sucedidas é contraposto com o trabalho de Pitta (2020), que reafirma o aspecto global e estrutural da crise a partir da revolução microeletrônica na década de 1970, com a expulsão da força de trabalho do processo produtivo em níveis absolutos, justamente o que garantia a valorização de capitais. A socialização a partir do fetiche da mercadoria, no entanto, gera a sensação de que esses capitais ainda podem ser valorizados no mercado financeiro, para onde migraram tentando garantir a acumulação. Essa busca por valorização leva à especulação dos preços e incentiva a produção. Por sua vez, as empresas buscam garanti-la a partir do financiamento de dívidas que deverão ser sanadas através dos preços futuros. Assim, a economia dos países cresce - como o Brasil, que observou o aumento do PIB e do *superávit* primário -, mas em um desenvolvimento fictício, uma vez que os capitais não valorizam-se mais. Quando as bolhas estouram, a acumulação fictícia escancara-se e muitas empresas vão à falência.

A crise do trabalho aparece quando o desenvolvimento dessas empresas não significa, no entanto, um aumento das contratações, já que as máquinas vêm tomando o

lugar dos trabalhadores. Se para Braga (2012) a precarização foi uma “medida neoliberal” para garantir a exploração de mão de obra barata flexibilizada, permitindo a acumulação em uma nova fase do capitalismo, para Pitta (2020) o fenômeno é o escancaramento da crise estrutural do sistema capitalista, que expulsa o trabalho vivo do processo produtivo sem, no entanto, libertar esses indivíduos da sociabilização perversa de vender a força de trabalho como mercadoria para a valorização do capital.

O comércio ambulante nos trens analisado neste artigo é uma consequência latente dos processos de expulsão e crise do trabalho. De acordo com Scholz (2008), os indivíduos encontram-se na posição de “supérfluos”, não são úteis para a valorização do valor, e, no entanto, precisam trabalhar para sobreviver. Isso garante um acirramento da concorrência entre os trabalhadores, aumentando discursos conservadores, fascistas e xenofóbicos. A venda ambulante nos trens foi apresentada pela grande maioria dos entrevistados como a última opção, assumida a partir da dificuldade para encontrar emprego de carteira assinada. O recorte social é bem evidente nesse caso: todos vivem em municípios da periferia da RMSP, a grande maioria é negra. São filhos de migrantes, pagam aluguel, possuem filhos e uma casa para sustentar. Também podem ser estrangeiros, crianças, idosos, ex-presidiários, PCD’s ou enfermos em busca de dinheiro para pagar os tratamentos. Se anteriormente os empregos de menos prestígio eram comumente relegados a essas categorias sociais, agora também são disputados pela “camada média”, que viu seu espaço no processo produtivo tornar-se obsoleto. Para as camadas marginalizadas não sobram muitas opções além da informalidade, e quando buscam reproduzir-se, por exemplo, a partir da venda nos trens, são perseguidos, agredidos, associados ao uso de drogas, ao roubo e à criminalidade.

A crise estrutural do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2011) ou do sistema patriarcal produtor de mercadorias (SCHOLZ, 2008) atinge a todos os indivíduos de maneira distinta. Ao passo que os vendedores ambulantes não encontram opção a não ser tais condições precárias de trabalho, os guardas terceirizados da CPTM e da ViaMobilidade enfrentam seus desafios. Conforme foi possível observar no relato de uma das funcionárias, há um descaso da empresa terceirizada em relação aos conflitos entre guardas e trabalhadores ambulantes. Processos de agressão e de morte são completamente ignorados, e é até preferível demitir os indivíduos para evitar escândalos. A catástrofe anunciada cria uma polarização entre aqueles que buscam uma forma de garantir seu sustento e aqueles que são obrigados de a impedir em prol de seu sustento próprio,

ocultando a crise da reprodução presente no cotidiano de todos os indivíduos.

A hipótese que norteava este estudo partia do princípio de que o comércio ambulante nos trens teria aumentado a partir da crise econômica brasileira que atingiu a população nacional com o aumento do desemprego. Em linhas gerais, o fenômeno escancarou o caráter fictício do aumento do PIB, mostrando o que estava sendo obscurecido: A crise do sistema capitalista e a obsolescência dos trabalhadores. Neste sentido, ainda que a crise econômica tenha esclarecido alguns aspectos, essa leitura conjuntural do período do governo de Dilma e Temer não abarca o que queríamos apresentar. O colapso da sociabilização dos sujeitos está para além das estratégias e medidas de governo, faz parte da sociabilidade em crise.

Conforme já foi observado na apreensão do livro de Braga (2012), a organização dos trabalhadores está enfraquecida e é cada vez mais urgente encontrar uma maneira de reverter a situação. Para apreender o problema da superfluidade e da individualização dos sujeitos, é necessário partir de uma crítica contextualizada ao momento histórico da crise do sistema capitalista, passando pela crítica ao fetichismo da mercadoria e ao fetichismo de sujeito para reconhecer a precarização como uma consequência da obsolescência do trabalho, e a partir disso garantir processos revolucionários dispostos a superá-lo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, D. NAIME, L. Desemprego cai para 13,2% em agosto, mas ainda atinge 13,7 milhões, aponta IBGE. **G1**. 27/10/2021 09h00. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/27/desemprego-fica-em-132percent-em-agosto-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 15 ago. 2024.

ARCOVERDE, L. Apreensões de mercadoria ilegal nos trens da CPTM crescem 117% em três anos. **G1 São Paulo**. 11/06/2019 08h32. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/11/apreensoes-de-mercadoria-ilegal-nos-trens-da-cptm-crescem-117percent-em-tres-anos.ghtml>. Acesso em 31 jan. 2024.

BATISTA, F. **Crise, Inflação e os Limites do Estado na Conjuntura Brasileira**. Medium, 2018.

BARROS, L. CARDOSO, W. Ação contra ambulantes nos trens aumenta 57,6%. **Folha de São Paulo**. 13 abr. 2019 às 2h00 Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/04/acao-contra-ambulantes-nos-trens-aumenta-576.shtml>. Acesso em 31 jan. de 2024.

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. Campinas, Editora UNESP, 2012.

BRAGA, R. **A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo, Boitempo, 2012.

CAMPOS, A. C. Informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019. **Agência Brasil**. 12/11/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>. Último acesso 31 jan. 2024.

CARNEIRO, R. **Navegando a contravento**. Em: CARNEIRO, BALTAR e SARTI (orgs.). Para além da política econômica. Editora UNESP, São Paulo, 2018.

CARNEIRO, R; ROSSI, P; MELLO, G; CHILIATTO-LEITE, M. **The Fourth Dimension: Derivatives and Financial Dominance**. Review of Radical Political Economics, vol. 47, número 4, 2015.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo, Todavia, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Desemprego no Brasil é o dobro da média mundial em ranking de mais de quarenta países. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/desemprego-no-brasil-e-o-dobro-da-media-mundial-em-ranking-de-mais-de-40-paises.shtml>. Último acesso em: 31 jan. 2024.

GUEDES, P. Satisfação de usuários com serviços das linhas 8 e 9 de trens da ViaMobilidade cai a metade e atinge patamar de 1996. **G1 São Paulo**. 13/10/2022 21h45. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/13/satisfacao-de-usuarios-com-servicos-das-linhas-8-e-9-de-trens-da-viamobilidade-cai-a-metade-e-atinge-patamar-de-1996.ghtml>. Acesso em 31 jan. 2024.

HERÉDIA, T. Apesar da queda na taxa de desemprego, renda do brasileiro está 10% menor em 2021. **CNN Brasil**. 27/10/2021 às 14:59 - Atualizado 27/10/2021 às 15:08. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/apesar-de-queda-na-taxa-de-desemprego-renda-do-brasileiro-esta-10-menor-em-2021/>. Último acesso em 31 jan. 2024.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política**. In: **Os últimos combates**. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.

MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. **Lucratividade e Distribuição: A origem econômica da crise política brasileira**. ResearchGate, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312191358>.

MARX, K.. **O capital: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MÉSZÁROS, I. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural.** II encontro de São Lázaro. Salvador, Conferência de Abertura, 2011.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1972.

PITTA, F. **O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das *commodities*, capital fictício e crítica do valor-dissociação.** São Paulo, Sinal de Menos, número 14, vol. 1, maio de 2020.

REZENDE, F. **Financial fragility, instability and the Brazilian crisis: a Keynes-Minsky-Godley approach.** Discussion Paper nº 1, Multidisciplinary Institute for Development and Strategies, Hobart and William Smith Colleges, NY, USA, 2016.

SARAIVA, A. SANTOS, L. BOING, M. MARTINS, R. Comércio ambulante como alternativa de ganhar a vida. **Agência de notícias IBGE.** 05/04/2018 09h00 - Atualizado em 10/04/2018 08h50 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20769-comercio-ambulante-como-alternativa-de-ganhar-a-vida>. Acesso em 31 jan. 2024.

SCHOLZ, R. **O ser-se supérfluo e a ‘angústia da classe média’: o fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo.** Disponível em: [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz8.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm). 2008.

\_\_\_\_\_. **Forma social e totalidade concreta: Na urgência de um realismo dialético hoje.** In: EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, n. 6, 2009.

SILVA, J. C. B. **Trabalho autônomo e conflitos: O Comércio Ambulante no Território dos Trens.** São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SINGER, A. **O Lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

Submetido em: agosto de 2022.

Aceito em: setembro de 2024.